



ATA DA 2ª REUNIÃO DO COLEGIADO DO COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAS DO AMAZONAS

Data: 14 de maio de 2025

Horário: 14h

Modalidade: Híbrida (presencial e remota)

Local: Escola Superior de Magistratura / Plataforma Virtual

A **segunda reunião ordinária do Colegiado do Comitê Estadual de Políticas Penas do Amazonas** ocorreu no dia quatorze de maio de dois mil e vinte e cinco, em formato híbrido, com a participação de representantes do sistema de justiça, do poder executivo, de organizações da sociedade civil e de universidades. O objetivo central da reunião foi apresentar os diagnósticos, debater propostas e consolidar encaminhamentos advindos dos trabalhos das Câmaras Temáticas.

A reunião foi presidida pela Desembargadora **Luiza Cristina**, contando com a presença do Secretário Executivo da Secretaria de Administração Penitenciária, **Major Thiago Abreu**, juíza coordenadora do GMF/TJAM, **Ana Paula Bragada**, dos juízes colaboradores do GMF e coordenadores das Câmaras Temáticas, **Rosália Sarmiento**, **Edson Rosas**, **João Gabriel Cirelli**, além do juiz representante da Corregedoria Geral de Justiça, **Fábio Alfaia** e o juiz do Comitê Estadual de Saúde, **Paulo José**, com suporte da Secretaria Executiva do Comitê, compostos pela assistente técnica estadual do Programa Fazendo Justiça, do CNJ/PNUD, **Luanna Marley**, a Secretária do GMF/TJAM, **Fernanda Calegare** e o servidor da SEAP, **Belchior Rodrigues**. A reunião teve como pauta as políticas de trabalho e renda no sistema prisional do Amazonas.

Estiveram presentes: Hincia de Souza Pereira, Assessora/SEC, Keyla Maria Pinheiro Prado, Chefe de departamento/SEAP, Carolina da Motta, Chefe de D.P Saúde/SEAP, Fábio Lopes Alfaia, Juiz de Direito/TJAM - CGJ, Diego Luiz Castro Silva, Defensor Público DPE/AM, Kátia Regina Menezes Mendes, Gerente - SEDUC/AM, Aryffe Sanlay Rodrigues de Souza, Assessor - SEAP/AM, Thiago



adequada e documentação que comprove a experiência laboral intramuros, bem como o não cumprimento das cotas legais para egressos. Reconheceu-se o estigma que impacta a reinserção e destacou-se a necessidade de concurso específico para docentes no sistema prisional. A SEAP relatou esforços para ampliação da estrutura educacional e bibliotecas.

A Câmara Temática das Populações com Vulnerabilidades Acrescidas apontou a inexistência de protocolos de acolhimento da população LGBT, limitações no acesso à hormonoterapia, falhas na aplicação da prisão domiciliar para mães com filhos e deficiências no acesso a direitos reprodutivos. Denunciou-se a falta de alas adaptadas para idosos e PCDs e de abrigos para egressos em situação de rua. Quanto aos indígenas, criticou-se a ausência de registro de etnia e território na entrada do sistema e a inexistência de fluxo com a Funai. A resposta punitiva ao uso problemático de drogas e a pouca articulação com a RAPS também foram objeto de preocupação e apontado como desafio a ser enfrentado.

A Câmara Temática sobre Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais reforçou a ausência de intérpretes qualificados, a inexistência de protocolos de atendimento, a falta de dados sobre etnia, língua e território e o desconhecimento das Resoluções CNJ nº 287 e 454. Foram denunciadas situações de racismo institucional, violação de crenças e transferências que rompem vínculos familiares. Como encaminhamento, propôs-se a realização de oficinas em territórios estratégicos, a tradução dos formulários para línguas indígenas e a celebração de protocolos com organizações indígenas.

A Câmara Temática sobre Enfrentamento à Tortura identificou a persistência de práticas degradantes em unidades prisionais, bem como a ausência de mecanismos eficazes de prevenção, registro e responsabilização. Foi apontada a necessidade de fortalecimento da atuação da Corregedorias e Ouvidorias das Polícias e do Sistema Prisional. A necessidade de aprimoramento dos fluxos de escuta qualificada dos relatos de torturas nas audiências de custódia, sobretudo no interior. Foi debatido acerca dos laudos do Instituto Médico Legal na capital que, mesmo estando com espaço no ambiente das audiências de custódia os laudos não



PENA
JUSTA

COMITÊ DE POLÍTICAS
PENAIAS DO AMAZONAS



gov.br

Documento assinado digitalmente

EDSON ROSAS NETO

Data: 25/08/2025 13:17:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edson Rosas Neto

Juiz coordenador das Câmaras Temáticas

JOAO GABRIEL

CIRELLI

MEDEIROS:1034

1004758

Assinado de forma digital

por JOAO GABRIEL

CIRELLI

MEDEIROS:10341004758

Dados: 2025.08.21

10:30:50 -04'00'

João Gabriel Cirelli

Juiz coordenador das Câmaras Temáticas

FABIO LOPES

ALFAIA:51729

652204

Assinado de forma

digital por FABIO LOPES

ALFAIA:51729652204

Dados: 2025.08.22

10:46:54 -04'00'

Fábio Lopes Alfaia

Juiz representante da Corregedoria Geral de Justiça

PAULO JOSE BENEVIDES

DOS

SANTOS:43686664615

Assinado de forma digital por

PAULO JOSE BENEVIDES DOS

SANTOS:43686664615

Dados: 2025.08.25 13:29:40 -04'00'

Paulo José

Juiz do Comitê Estadual de Saúde

gov.br

Documento assinado digitalmente

LUANNA MARLEY DE OLIVEIRA E SILVA

Data: 18/08/2025 19:08:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luanna Marley de Oliveira

Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

